

ANEXO I – Termo de Referência

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), acondicionado em botijões de 13kg (P-13) e cilindros de 45kg (P-45), destinados ao atendimento das necessidades de consumo nas unidades operacionais e administrativas do SAAE, conforme especificações abaixo descritas.

Item	Código SAAE	CATMAT	Descrição	Unid.	Qtde.
1	25.0028	461651	GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO, CILINDRO P45, PESANDO 45 KG, COM TROCA DO CASCO – gas liquefeito de petroleo; composicao basica de propano e butano; envasado em cilindro de 45 kg (p-45); fornecimento mediante troca de casco; em conformidade com as resolucoes anp 825/20 e 958/23; abnt nbr 8460; portarias inmetro 303/21 e 160/21; lacre inviolavel da distribuidora e perfeitas condicoes de seguranca e conservacao	un.	5
2	25.0029	461652	GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO, BOTIJAO P13, PESANDO 13 KGS, COM TROCA DO CASCO – gas liquefeito de petroleo; composicao basica de propano e butano; envasado em botijao de 13 kg (p-13); fornecimento mediante troca de casco; em conformidade com as resolucoes anp 825/20 e 958/23; abnt nbr 8460; portarias inmetro 303/21 e 160/21; lacre inviolavel da distribuidora e perfeitas condicoes de seguranca e conservacao	un.	80

1.1.1. Os quantitativos indicados correspondem à estimativa de consumo para o período de 12 (doze) meses, elaborada com base no histórico de utilização e na previsão de demanda, podendo sofrer variações conforme a necessidade da Administração.

1.2. Os bens objeto desta contratação são classificados como comuns, nos termos da legislação vigente, por apresentarem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O objeto caracteriza-se como fornecimento contínuo, em razão de sua necessidade permanente e reiterada, devendo a execução ocorrer de forma parcelada, conforme a demanda da Administração, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, durante a vigência contratual, em observância aos princípios do planejamento, da eficiência e da continuidade do serviço público.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando que o valor estimado da contratação, encontra-se dentro do limite estabelecido no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação fundamenta-se na referida hipótese de dispensa de licitação, observadas as disposições legais aplicáveis, bem como o devido processo de planejamento da contratação.

2.2. A contratação tem por finalidade suprir a demanda contínua de fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP), indispensável ao preparo de refeições destinadas aos servidores, bem como à realização de atividades técnicas e laboratoriais nas unidades operacionais da Autarquia.

2.3. O gás GLP configura insumo essencial ao adequado funcionamento das atividades institucionais, contribuindo para a manutenção das condições operacionais e para o bem-estar dos servidores que atuam em regime de escala e plantão, assegurando a continuidade dos serviços públicos prestados.

2.4. Justifica-se a adoção do fornecimento parcelado em razão da limitação de espaço físico para armazenamento de recipientes cheios, bem como da necessidade de reposição contínua, conforme o consumo e o esgotamento das cargas nas unidades, em consonância com práticas de gestão eficiente de estoques e de racionalização de recursos públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução consiste na aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP), nas apresentações P-13 e P-45, mediante sistema de troca de recipientes vazios por cheios, com fornecimento parcelado, conforme a demanda da Administração, por meio de Autorização de Fornecimento. O objeto caracteriza-se como fornecimento contínuo, em razão da necessidade permanente e do consumo regular ao longo do tempo, visando ao atendimento das unidades administrativas e operacionais da Autarquia, em observância aos princípios do planejamento, da eficiência e da continuidade do serviço público.

3.2. A estimativa de consumo foi definida com base no histórico de contratações anteriores e na projeção de demanda institucional, considerando o fornecimento parcelado conforme o esgotamento dos recipientes. Os quantitativos anuais encontram-se descritos no subitem 1.1 deste Termo de Referência, podendo sofrer variações em função da necessidade administrativa, nos termos do planejamento da contratação e da gestão eficiente dos recursos públicos.

3.3. O ciclo de vida do objeto compreende as etapas de envase pela distribuidora autorizada, transporte em conformidade com as normas de segurança aplicáveis, entrega com logística reversa (troca do recipiente vazio por cheio), recebimento e consumo. A solução adotada observa a gestão do ciclo de vida do objeto, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, assegurando o fornecimento contínuo e seguro do produto, em conformidade com as normas técnicas e regulamentares relativas ao manuseio, armazenamento e utilização de materiais inflamáveis.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para atendimento da demanda, o produto fornecido deverá atender integralmente às normas técnicas e regulamentares aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela ANP, ABNT e INMETRO. Os recipientes deverão apresentar-se em perfeitas condições de uso e conservação, sem sinais de avarias,

como corrosão ou amassamentos, devidamente lacrados, identificados com a marca da distribuidora e dentro do prazo de validade, garantindo a segurança e a conformidade do produto fornecido.

4.2. A contratada será responsável pela qualidade do produto fornecido, pela integridade dos lacres e pela segurança no transporte, devendo observar rigorosamente a legislação vigente aplicável ao transporte de produtos perigosos, especialmente as resoluções da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), as normas de trânsito e demais exigências dos órgãos competentes, garantindo que o veículo esteja devidamente sinalizado e equipado com os itens de segurança obrigatórios.

4.3. A contratada assume inteira e exclusiva responsabilidade por eventuais danos materiais causados ao patrimônio do SAAE ou a terceiros, bem como por acidentes de qualquer natureza envolvendo seus funcionários ou prepostos durante as operações de entrega, carga, descarga e movimentação dos recipientes nas dependências da Autarquia.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto dar-se-á mediante fornecimento parcelado, conforme a demanda da Administração, por meio de Autorização de Fornecimento, a ser encaminhada pelo gestor ou fiscal do contrato à contratada, preferencialmente por meio eletrônico, contendo a especificação do produto, quantitativo e endereço de entrega, no âmbito do Município. A contratada deverá observar rigorosamente os locais, dias e horários estabelecidos, efetuando a entrega no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da solicitação.

5.1.1. **Lote 01 (P-45):** As entregas deverão ser realizadas das 08h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira (exceto feriados e pontos facultativos), nos seguintes endereços:

5.1.1.1. **ETE Mário Araldo Candello:** Rua Ema Gazzi Magnusson, nº 10 – Distrito Industrial Vitória Martini;

5.1.1.2. **ETA III:** Avenida Comendador Santoro Mirone, nº 1380 – Bairro Pimenta.

5.1.2. **Lote 02 (P-13):** As entregas deverão ser realizadas das 08h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira (exceto feriados e pontos facultativos), no **Almoxarifado de Suprimentos do SAAE**, localizado na Rua Tangará, nº 540 – Vila Avaí.

5.2. No ato da entrega, os produtos serão submetidos ao recebimento provisório por servidor designado, que procederá à conferência quanto à conformidade com as especificações, integridade física dos recipientes e regularidade dos lacres. Constatadas irregularidades, avarias ou indícios de vazamento, o objeto será recusado, devendo a contratada promover a substituição imediata ou, no máximo, no prazo de até 2 (duas) horas, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração.

5.3. Correrão por conta do fornecedor as despesas decorrentes da execução do objeto incluindo transporte, carregamento, descarregamento e acomodação dos recipientes nos locais indicados pela Administração, em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.4. Da Garantia e Assistência Técnica Pós-Entrega:

5.4.1. Independentemente da conferência realizada no ato do recebimento, a CONTRATADA vincula-se à garantia de qualidade dos produtos, obrigando-se a substituir, sem qualquer

ônus para o SAAE, os recipientes (P-13 ou P-45) que apresentarem defeitos técnicos, vícios ocultos ou vazamentos detectados durante o período de utilização.

- 5.4.2. Constatado vício de qualidade ou vazamento após o recebimento definitivo, o SAAE notificará a CONTRATADA, que deverá efetuar a substituição do produto e o recolhimento do recipiente defeituoso no prazo máximo de 2 horas, dada a natureza perigosa do material e o risco à segurança das instalações.
- 5.4.3. Caso o defeito seja identificado em válvulas ou conexões que impeçam o uso seguro do gás já instalado, a CONTRATADA deverá prestar suporte técnico imediato para a desconexão e remoção segura do recipiente.
- 5.4.4. A substituição deverá ser feita por produto de igual especificação, devidamente lacrado e com carga completa, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas neste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Da Gestão e Fiscalização

- 6.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por servidores formalmente designados pela Administração, nos termos dos arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhes acompanhar, controlar e avaliar a execução contratual, assegurando o cumprimento integral das obrigações pactuadas.
- 6.2. A gestora do contrato será a Sra. Elaine de Oliveira Freire Rodrigues, vinculada à Diretoria de Gestão de Materiais, a quem competirá o acompanhamento geral da execução contratual, a coordenação das atividades relacionadas à gestão do contrato, a adoção de providências para correção de eventuais irregularidades e a interlocução entre a Administração e a contratada, com vistas à adequada execução do objeto.
- 6.3. O fiscal do contrato será o Sr. Adriano Santana Ribeiro Lustosa, responsável pelo acompanhamento direto da execução do objeto, devendo verificar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto à qualidade dos produtos fornecidos, à integridade dos recipientes, à regularidade dos lacres e ao atendimento dos prazos de entrega, registrando eventuais ocorrências e comunicando à gestão para as providências cabíveis.

Da Vigência

- 6.4. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja demonstração da vantajosidade para a Administração e manutenção das condições mais favoráveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. Comete infração administrativa, sujeitando-se à multa de 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor total de sua proposta final, sem prejuízo da aplicação do disposto no item 7.2.7, o licitante ou contratante que, com dolo ou culpa:
- 7.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que seja solicitado;
 - 7.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando;
 - 7.1.2.1. Não enviar a proposta adequada após a negociação;
 - 7.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 7.1.2.3. Injustificadamente, pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 7.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo;
 - 7.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 7.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 7.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa, prestar declaração falsa e/ou fraudar a contratação;
 - 7.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 7.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 7.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 7.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
 - 7.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 7.2. Em caso de inexecução total ou parcial da contratação, garantida a prévia defesa, o fornecedor incorrerá em penalizações, estipuladas da seguinte forma:
- 7.2.1. Advertência, na hipótese do descumprimento de obrigação que não afete o prazo, ou qualidade/especificações do objeto licitado e que não cause prejuízo para a autarquia;
 - 7.2.2. Multa de 2% (dois inteiros por cento) por dia de atraso sobre a obrigação não cumprida constante no termo de contrato, até o 10º (décimo) dia consecutivo;
 - 7.2.3. A partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, multa de até 15% (quinze inteiros por cento) sobre a obrigação não cumprida constante no termo de contrato, até o 30º (trigésimo) dia de atraso;
 - 7.2.4. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia estará caracterizado a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, aplicando-se o previsto na alínea '7.2.6', cumulado com a alínea '7.2.7', conforme o caso;

- 7.2.5. Multa de 10% (dez inteiros por cento) sobre o valor do contrato ou valor total do lote não cumprido, por entrega do(s) lote(s) em desconformidade com as especificações estabelecidas ou em condições impróprias para a utilização, sem prejuízo da obrigação de substituí-los;
- 7.2.6. Nos demais casos de inadimplemento, multa de 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida constante no termo de contrato;
- 7.2.7. Cancelamento do termo de contrato e suspensão temporária ao direito de licitar com o SAAE de Indaiatuba, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 12 (doze) meses, na hipótese de descumprimento integral do contrato;
- 7.2.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja providenciada sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ou instrumento equivalente ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 7.3. A aplicação de multas que ultrapassem o equivalente a 30% (trinta inteiros por cento) do valor do termo de contrato, será causa de anulação da(o) mesma(o), unilateralmente pela Autarquia, nos termos da legislação aplicável, e posterior cancelamento do termo de contrato.
- 7.4. As multas serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.
- 7.5. O valor da multa aplicada será cobrado por meio de boleto bancário, devendo ser recolhido no prazo constante do vencimento do boleto. Se o valor da multa devida não for recolhido dentro do prazo de vencimento, será automaticamente inscrito em Dívida Ativa e executado judicialmente.
- 7.6. As penalidades previstas neste edital têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa contratada da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao SAAE.
- 7.7. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à CONTRATADA, e publicado na Imprensa Oficial do Município e/ou Diário Oficial do Estado (excluída as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente, inclusive junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. A medição para fins de pagamento será realizada com base nas quantidades efetivamente entregues e aceitas pela Administração, em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, observados os procedimentos de recebimento provisório e definitivo previstos na legislação.
- 8.2. O pagamento será realizado no prazo de até 28 (vinte e oito) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo fiscal ou gestor do contrato, por meio de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.3. Constatadas irregularidades na execução do objeto ou na documentação apresentada, o pagamento ficará suspenso até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. A seleção será realizada por meio de Contratação Direta na modalidade dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, c/c § 3º, da Lei nº 14.133/2021, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

9.2. O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO por lote, de acordo com o art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, de modo a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Autarquia, respeitadas as exigências de qualidade e segurança descritas neste Termo de Referência.

9.3. Exigências de habilitação:

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

9.3.3. Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.4. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

9.3.5. Consulta aos cadastros de sanções e impedimentos, incluindo o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como aos registros do Tribunal de Contas competente, a ser realizada pela Administração.

9.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

9.3.7. Comprovação de autorização ou registro vigente, expedido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), específico para a atividade de revenda e/ou comercialização de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Indaiatuba, 24 de abril de 2026.

REQUISITANTE

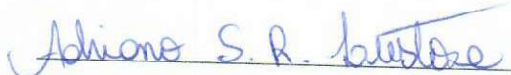
Nome	Elaine de Oliveira Freire Rodrigues
Cargo	Agente Administrativo



Elaine de Oliveira Freire Rodrigues

PARTE TÉCNICA

Nome	Adriano Santana Ribeiro Lustosa
Cargo	Agente de Suprimentos



Adriano Santana Ribeiro Lustosa

DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Nome	José Hildo Campos
Cargo	Diretor de Departamento

Aprovo a continuidade do procedimento destinado à contratação em tela, considerando a justificativa acima demonstrada e sua compatibilidade aos objetivos desta Administração.



Jose Hildo Campos